



SUGESTÃO DE PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFSP:
INTEGRAÇÃO, APOIO E
SUSTENTABILIDADE AOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS

**PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS NAPNES
NO IFSP**

São Paulo – SP
Junho de 2010

SUGESTÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFSP: INTEGRAÇÃO, APOIO E SUSTENTABILIDADE PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza!

Boaventura Souza Santos

APRESENTAÇÃO:

A idéia da inclusão é uma manifestação mundial de luta das pessoas com necessidades especiais, no âmbito de suas relações sociais, na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. A política de inclusão de estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais não consiste, apenas, na acessibilidade e permanência física desses alunos no espaço acadêmico junto aos colegas, professores e funcionários, mas requer que a instituição de ensino esteja devidamente preparada para rever conceitos e paradigmas, a fim de oferecer efetivamente formação educacional que desenvolva o potencial desses estudantes, respeitando as diversidades e superando os preconceitos.

A implantação de um Programa de Educação Inclusiva nos *campi* do IFSP baseia-se nos esforços de rompimento do paradigma da lógica excludente do modelo educacional vigente até meados da década de 1990, onde se destacava a cultura assistencialista e terapêutica da Educação Especial. Assim, é importante repensar o sentido que se está atribuindo à educação inclusiva, além de atualizar concepções e ressignificar o processo de construção da identidade do estudante com necessidades especiais, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa realidade.

Como educadores, temos o dever de não só oferecer educação formal acadêmica e profissionalizante a esses alunos, mas também, garantir-lhes um atendimento educacional especializado paralelo, complementar, para que não sejam desconsideradas as suas especificidades (por serem portadores de necessidades especiais).

Através deste Programa, busca-se desenvolver nos *campi* do IFSP a implementação da Ação: Educação, Tecnologia e Profissionalização para alunos com necessidades educacionais especiais – TEC NEP¹ a partir da implantação dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNES como parte das atribuições do Serviço Sócio Pedagógico, composto por uma Equipe Multidisciplinar que atue tecnicamente, a fim de dar conta das peculiaridades desses alunos em todas as fases do processo educativo. Trata-se de um “Serviço” atrelado à Gerencia Educacional – GED dos *campi* da Instituição, cujas ações de inclusão serão supervisionadas pela Diretoria de Projetos Especiais - DPE da Pró Reitoria de Ensino - PRE. Para a consecução dessas ações de inclusão é necessário estabelecer 5 (cinco) eixos principais:

1. Acolhimento e Integração do aluno
2. Acompanhamento do aluno nas variáveis pertinentes à cada necessidade especial e o que demandar do processo de aprendizagem.
3. Estabelecimento de uma proposta de formação continuada de docentes e servidores técnicos administrativos.
4. Parcerias com instituições especializadas, a fim de nortear ações específicas e participarem do programa de formação.
5. Desenvolvimento de estudos e pesquisas com o fim de acúmulo, registro, sistematização e intervenção de conhecimentos, estratégias e ações voltados à educação inclusiva.

Desta forma, prevê-se uma ação efetiva e contínua no planejamento, desenvolvimento e avaliação sistemática, a partir dos preceitos contidos no Projeto Político Pedagógico – PPP constante no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Assim, busca-se constituir uma rotina de trabalho que se comprometa plenamente com liames da educação inclusiva e caracterize a sustentabilidade de um Projeto desse porte.

JUSTIFICATIVA:

A Ação TEC NEP tem como objetivo o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nos Cursos de nível básico e superior, a partir de uma política

¹ Ação que visa à inserção das pessoas com necessidades educacionais específicas nos cursos de formação inicial e continuada, de nível técnico e tecnológico, nas instituições federais de educação tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário.

sustentada por princípios que envolvem compromissos assumidos (nos últimos anos) em nível internacional do qual o Brasil foi signatário.

Até meados da década de 1990, não se previa ações educacionais efetivas para dar-se conta das diferenças entre os estudantes, notadamente àqueles portadores de necessidades especiais que, muitas vezes, relegados, mantinham ausência de oportunidades, ou eram confinados nas chamadas “classes especiais” com mínimas alternativas de socialização e acesso eficaz ao processo educativo formal.

O panorama educacional de modo geral começou a mudar seus compromissos a partir de importantes declarações internacionais, como, por exemplo, o “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, redigido em 1990 em Jomtien - Tailândia na Conferência Mundial sobre Educação para Todos sob a coordenação da UNESCO. Tal Plano teve a intensa participação de organismos governamentais em nível mundial e a questão central era a de promover diretrizes e investimentos nos sistemas educacionais para que fosse possível o acesso de todos os cidadãos, sejam eles, crianças, jovens ou adultos à educação básica. Nesta perspectiva o Brasil estabeleceu metas e compromissos com a universalização do ensino. Nessa mesma ocasião, o país encaminhava a lei 8069/90, definindo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro documento fundamental com o qual o Brasil se comprometeu foi a Declaração de Salamanca em 1994. Nesta, o foco situou-se justamente na população alvo da inclusão escolar, a partir da inserção da criança com necessidades educacionais especiais, o que resultou em um documento das Nações Unidas denominado: “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual requeria que os Estados assegurassem a educação de pessoas com deficiências como parte integrante do sistema educacional.

Este documento foi balizador para que se iniciassem e se providenciassem os instrumentos de atendimento para crianças com necessidades especiais. No Brasil, esta declaração serviu como fio condutor do que viria a se consolidar como “Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais” e na elaboração de todas as leis relacionadas à educação especial. Nesse contexto, a LDB 9394/96 no Capítulo V, artigos 58, 59 e 60 se comprometeu explicitamente com a Educação Especial, definindo os contornos da escolarização de alunos com necessidades especiais no âmbito do sistema educacional regular.

Assim, o Brasil, através do MEC, assumia a tarefa de colocar em prática os compromissos estabelecidos a partir de recomendações internacionais.

Em 1999, a Convenção Interamericana realizada na Guatemala previu a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, e esta também foi assinada pelo Brasil. Neste contexto, o paradigma da segregação se manifestou forte e enraizado no sistema educacional demandando grandes desafios para seu enfrentamento. Dentre estes, a lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelecia normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na educação técnica e tecnológica, a inclusão e integração dos estudantes com necessidades especiais se efetiva por meio de ações de sustentabilidade, ou seja que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos que devem ser disponibilizados no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino e a pesquisa.

O Projeto de Educação Inclusiva do IFSP está sedimentado, portanto, na legislação, bem como nos fundamentos teóricos e éticos desse tipo de educação, como previsto e definido pela legislação: Lei Federal nº 7853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o Decreto Federal nº 3298/99 que Regulamenta a Lei (7853/89) e em consonância com os preceitos da SETEC/MEC.

OBJETIVOS:

Geral:

- Incluir, integrar e manter a sustentabilidade de estudantes com necessidades especiais, a fim de se efetivar a política de inclusão nos *campi* do IFSP e contribuir legal e eticamente para a formação de cidadãos participativos na vida acadêmica, à despeito de suas diferenças, oferecendo oportunidades de plena participação ao conhecimento propedêutico e técnico e a conquista de um desenvolvimento pessoal, profissional e social conforme recomendações da Ação TEC NEP encaminhada pela SETEC

Conter nos projetos de curso, devem ser contemplados: Lei 10.639 (negros e africanos) e Lei do Idoso

Específicos:

Embasando-se no documento subsidiário à Política de Inclusão do MEC - Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007., a Diretoria de Projetos Especiais do IFSP, através do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEs terá como objetivos específicos:

- Propiciar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas que atendam, com qualidade, os alunos com necessidades especiais e todos os que compõe o conjunto plural e diverso dos estudantes;
- Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação especial; (Fazer levantamento do nº de alunos PNE's)
- Desenvolver estratégias de parceria entre as diversas instituições especializadas governamentais e/ou da sociedade civil organizada, de modo que possam assessorar e formar os servidores do IFSP.
- Acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar;
- Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família.

→ Divulgar na comunidade que o IF acolhe os PNE's

DESENVOLVIMENTO:

A educação inclusiva nos cursos do ensino técnico e tecnológico, atende os diferentes campos do saber, desde que os candidatos com necessidades educacionais especiais atendam os requisitos estabelecidos pela instituição de ensino, seja na conclusão das fases anteriores do processo educativo, seja no processo seletivo instituído, uma vez que suas limitações físicas e/ou intelectuais já foram diagnosticadas anteriormente.

O NAPNE irá se desenvolver, a partir de ações estruturais, atendendo o princípio da flexibilização, uma vez que implica em ações conjuntas e interativas que envolvem todo o complexo institucional e os aspectos de acessibilidade, sejam nos aspectos físicos - ergonômicos e funcionais - que precisam, na medida das necessidades, serem adaptados a esses alunos. Envolve, também, servidores docentes e técnico-administrativos que deverão ser

→ Diploma: exibir a competência que o aluno não adquiriu. Se não consegue estágio, o IF ofertará o estágio

formados e motivados para conhecer e entender as limitações que se apresentarem junto ao corpo discente, bem como interagir com respeito e dignidade com esses estudantes, a fim de favorecer em todos os âmbitos a finalidade da educação, a socialização e a superação de preconceitos.

- **Possibilidades de iniciativas de inclusão no trabalho desenvolvido no Serviço Sócio Pedagógico e instauração do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEs**

A Diretoria de Projetos Especiais deverá conhecer / diagnosticar sua realidade educacional e identificar alternativas para melhor atender as necessidades apresentadas pelos estudantes com necessidades especiais. Respondendo a esses desafios é necessário que o IFSP ofereça condições que possam viabilizar este Programa, dotando de recursos humanos, materiais e financeiros que dêem acessibilidade e sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Assim, propõe-se a criação dos NAPNEs com uma Equipe Multidisciplinar de enfoque psicopedagógico e social que legitime a efetivação desta Ação, objetivando oferecer suporte e retaguarda às necessidades educacionais especiais dos alunos, com vistas à formação técnico profissional e adequação ao mundo do trabalho.

A referida equipe tem suas ações técnico-científicas voltadas para garantir a integração física, psicológica, social e funcional dos estudantes em foco. Deverá levar em consideração todas as variáveis que interferem na aprendizagem, as de cunho individual, as que incidem no ensino, como também as condições concretas da escola e da prática pedagógica e, por conseqüência, as relações que se estabelecem entre todas elas.

A Equipe Mutidisciplinar deverá contemplar as seguintes áreas do conhecimento: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, além de consultoria de um profissional de Ergonomia, oferecendo aos estudantes com necessidades especiais, acolhimento, integração, apoio e atenção individualizada durante o processo educativo, bem como atuar de maneira articulada com os diversos setores do IFSP. Para a consecução desses pressupostos é importante que agregue a essa equipe um ou mais professores e servidores do corpo técnico-administrativo que facilitem a interlocução entre a Equipe (multidisciplinar) e o corpo docente da Instituição.

É importante destacar que a ausência de alguns desses profissionais não inviabiliza a implementação deste Programa, visto que eventuais deficiências de pessoal podem ser

corrigidas no âmbito das Parcerias. Isso significa que em nenhum momento se justifica a omissão do campus frente a consolidação do NAPNE.

Acolhimento e integração:

Inclusão não é apenas colocar fisicamente o aluno em sala de aula, mas supõe-se, antes de tudo, a opção ético-política do IFSP em receber esses estudantes com atitudes de respeito e dignidade e efetivamente proporcionar-lhes uma educação técnica e tecnológica de qualidade, durante toda a vida escolar, preparando-o para a vida e para o mercado de trabalho. Neste aspecto, é fundamental o papel dos profissionais da Equipe Multidisciplinar e, notadamente, dos professores, com os quais os alunos mantêm uma relação mais estreita. Desta forma, acolher e integrar significa conhecer as peculiaridades do aluno com necessidades educacionais especiais que participa do processo de aprendizagem, na perspectiva de se incorporar no espaço institucional e no processo pedagógico ações e dinâmicas necessárias para que essa relação ensino-aprendizagem se concretize plenamente.

Segundo Frias e Menezes (2008) as etapas do processo de acolhimento e integração necessitam ser bem equacionadas nos seguintes aspectos:

- Criação de condições físicas, materiais e ambientais na instituição e salas de aula;
- Refletir também nas adaptações e ajustes mais específicos de acordo com cada necessidade.
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade acadêmica;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, para que os estudante possam desenvolver o sentimento de pertencer à comunidade acadêmica.
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa auto-estima, inferioridade, menos valia ou fracasso.
- É necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância e da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

Procedendo desta forma é possível integrar o aluno com necessidades especiais num plano onde a educação técnica e tecnológica incorpore referenciais educativos que combinem plenamente com o objetivo da educação *lato sensu*.

Programa de Formação:

É de crucial importância a implementação de um Programa de Formação Permanente, que venha possibilitar aos professores e servidores técnico-administrativos do IFSP desenvolvimento de competências individuais e coletivas, a fim de que seu desempenho seja potencializado no que diz respeito às demandas advindas da educação inclusiva, das ações profissionais e da convivência e relacionamento com os estudantes com necessidades educacionais especiais, objetivando o desenvolvimento humano, profissional e institucional.

Entende-se o processo de formação como a aprendizagem no trabalho, onde aprender e ensinar se incorporam ao cotidiano da Instituição e à prática profissional. É importante salientar que neste processo destaca-se a aprendizagem, que só tem significância se houver a apropriação e reflexão dos conhecimentos adquiridos, incorporando-os à dinâmica de trabalho. Por outro lado, em acordo com a realidade que se apresenta – estudantes com necessidades especiais – é imperativo a formação dos servidores para conhecerem características dessas necessidades especiais (deficiências), refletir e avaliar o sentido dos atos produzidos no cotidiano de trabalho, ultrapassando a simples transmissão de conhecimentos técnicos, mas também indo ao encontro de uma ação orientada, organizada e motivada para a busca da efetivação e manutenção da educação inclusiva no IFSP.

Importante salientar que essa formação objetiva um processo de mudança e não a participação descompromissada do servidor em atividades de rotina profissional.

A formulação de práticas educativas, ancoradas em um referencial pedagógico de envolvimento nas interfaces das questões demandadas pelo estudante com necessidades educacionais especiais, pode contribuir para os processos de trabalho, não só em seus aspectos técnicos, mas principalmente no plano ético, político e social de discussões, debates e legitimação das políticas públicas de inclusão.

Prevê-se, então, a elaboração de cursos ou atividades de formação para os servidores do IFSP, com abordagem multidisciplinar numa dinâmica processual grupal, mantendo as especificidades de cada área envolvida, e as ações integradas com as instituições especializadas em atendimento de deficiências; numa metodologia de conversação, que Mariotti (2000) define como reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência, que visa melhorar a comunicação entre as pessoas e a produção de idéias novas e significados compartilhados.

Parcerias:

Para a viabilização dos NAPNEs é necessário a implantação de uma rede de apoio institucional objetivando o atendimento das diferentes necessidades que o estudante apresente, ampliando a atenção integral, assim como viabilizando estratégias de atendimento especializado, assessoramento e capacitação. Desta forma, instituições especializadas, por exemplo, para deficientes visuais, auditivos, físicos, intelectuais, etc. devem ser acionadas e mantidas como parceiras, seja no desenvolvimento do projeto pedagógico junto aos docentes, seja no apoio à equipe multidisciplinar nas demandas advindas das questões que os alunos possam apresentar em decorrência de suas necessidades especiais. Tais parcerias serão analisadas e relacionadas pelo NAPNE / Serviço Sócio pedagógico e efetivadas pela Diretoria de Projetos Especiais, mediante convênios, acordos de cooperação mútua entre outros.

Desenvolvimento de estudos e pesquisas:

Cumprindo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é necessário fundamentar técnico-cientificamente a prática da educação inclusiva no IFSP visando a incorporação das temáticas bem como seus resultados concretos na rotina dos registros e das dinâmicas de investigação, no âmbito do acúmulo e aprimoramento do processo pedagógico. Para tanto estudos e pesquisas nesta área devem ser estimulados, a fim de que a produção de conhecimentos possa fundamentar uma *práxis* educativa, assim como, subsidiar o acompanhamento das políticas públicas de inclusão, a formação dos professores e gestores e as estratégias pedagógicas inclusivas com ênfase nos processos acadêmicos, científicos e sociais. Trata-se de uma rotina que deverá mensurar as ações e facilitar a promoção de uma análise quantitativa e qualitativa do Programa.

CRONOGRAMA:

PROJETO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFSP
IMPLANTAÇÃO DOS NAPNES
CRONOGRAMA FÍSICO FUNCIONAL

2010	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
Junho	Reconhecimento da realidade dos <i>campi</i> frente a educação inclusiva	SETEC / DPE - PRE	Atividade desenvolvida em 16/06/2010
Julho	Seleção dos representantes/interlocutores junto aos <i>campi</i>	Direção dos <i>campi</i>	
Agosto	Encontro com representantes dos <i>campi</i> visando a implantação dos NAPNES	DPE - PRE	Atividade prevista para o dia 18/08/2010
Setembro	<ol style="list-style-type: none"> Implantação dos NAPNES através de <u>portaria</u> Esboço de proposta de trabalho de cada campus, elaborado a partir desta proposta do IFSP. 	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	Para a implantação do Núcleo é necessário designar espaço específico e solicitar verba (R\$ 5.000,00) junto à SETEC para os equipamentos de instalação.
Outubro	<ol style="list-style-type: none"> Levantamento das demandas de atendimento. Levantamento dos problemas relacionados à acessibilidade Atualização do "sítio" da Instituição visando adequá-lo à educação inclusiva Estabelecimento de parcerias externas mediante as demandas destacadas 	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	Rúblicas
Novembro	Avaliação e adequação dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP aos pressupostos do NAPNE em consonância com as diretrizes do Projeto de Contenção de Evasão	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	Projeto do Médio Integrado, Técnicos e Superiores.
Dezembro	Relatórios locais com vistas a elaboração de um relatório geral a ser encaminhado à SETEC	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> e DPE - PRE	
2011	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
Fevereiro	<ol style="list-style-type: none"> Recepção e acolhimento de novos alunos Levantamento das demandas de atendimento -2011 Estabelecimento de parcerias externas mediante as demandas destacadas 	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	
Março	Avaliação e adequação dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP aos pressupostos do NAPNE em consonância com as diretrizes do Projeto de Contenção de Evasão	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	

OK
OK
OK

Abril	Constituição de um projeto de formação continuada junto aos professores e servidores técnico-administrativos dos <i>campi</i>	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i> com apoio da DPE - PRE	convite p/ campi e NAPNE
Mai	Pesquisa e produção de material didático específico Pesquisa - soluções de tecnologias assistivas	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico e áreas técnicas dos <i>campi</i>	Proposta de atividade para as áreas técnicas its brasil
Junho	Instauração de um programa de encaminhamento ao mercado de trabalho / estágio de alunos com necessidades educacionais especiais	NAPNE/Serviço Sócio pedagógico dos <i>campi</i>	

CONCLUSÃO:

A legislação é explícita quanto à obrigatoriedade em matricular e acolher todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Mas, a inclusão deve ir além das leis; deve referir-se ao que é importante para cada ser humano, em cada época específica de sua vida, respeitando seus momentos, suas capacidades e necessidades. Nesse sentido, o professor precisa se abrir para o novo, pensar, produzir seu saber numa perspectiva de relacionamento processual que supere a mera transmissão do conhecimento refletido e idealizado fora do ambiente escolar. Isso significa buscar na realidade da sala de aula contextos que fundamentem a prática docente, valorizando as singularidades como recurso para o processo da aprendizagem. Nesse contexto é que se incorpora na aprendizagem a realidade dos estudantes com necessidades educacionais especiais visto que eles compõem o cenário pedagógico e contribuem para uma proposta coletiva e participativa.

Essa postura pode levar o professor assumir o novo, aprendendo e identificando diferentes modos de pensar a profissão, postura essa que se integra às considerações de Freire (1996, p. 64): "a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca".

Dessa forma, acredita-se que a inclusão escolar passa por questões técnicas e didático-pedagógicas que expressa uma opção ideológica de compromissos voltados com a elevação social do educando a partir do singular e de suas especificidades.

Revista Poli
Saúde
Educação
Trabalho

comunicação@epsjv.fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, **Decreto 3.956/ de 08 /10/2001** promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Organização dos Estados Americanos: Assembléia Geral: Guatemala, 28 de maio de 1999.

EDLER DE CARVALHO, R. Panorama Internacional da Integração: enfoque nacional. **Revista Integração**, v.12, n. 3, 1991, p.9-13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996. P 64

FRIAS Elzabel & Maria Alberton MENEZES Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular PDE/2008**

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas** – Revista Nova Escola. São Paulo: Editora Abril

MEC/SEESP **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Oficina do CES nº 135, janeiro de 1999. P 67

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1996.